

## SÍNTESE POLÍTICA

### INICIADA A CAMPANHA DA SUCESSÃO

*Os fatos políticos nos períodos que antecedem os pleitos para a sucessão presidencial nem sempre correspondem à lógica das previsões. Ao contrário. A crônica republicana é rica de imprevistos e surpresas, nesse setor. Até quanto é possível afirmá-lo a esta altura dos acontecimentos, está pôsto o esquema da sucessão de 1961, caracterizada a dicotomia Governo e Oposição nos candidatos Lott e Quadros. Mas, a campanha encontra-se apenas em sua fase inicial. Impossível será prever o rumo de seu curso. Importante é resguardar o prestígio das instituições constitucionais e encerrar a pugna, com a decisão que o povo lhe der, nos comícios eleitorais de 3 de outubro do próximo ano.*

**P**OUCAS coisas serão tão difíceis de fixar antecipadamente, no Brasil, como o comportamento dos partidos e dos homens públicos em face do problema da sucessão presidencial.

Quem se desse à pena de compulsar a crônica republicana veria que, a êsse respeito, ocorreram no passado as atitudes mais imprevistas, tanto na fase preparatória dos pleitos como durante êstes. E, sobretudo, depois de definitivamente proclamados os seus resultados.

Entre tantos exemplos, de fácil colheita, bastaria recordar que no

ano de 1921, ao aproximar-se o fim do Governo EPITÁCIO PESSOA, um dos maiores vultos da época — NILO PEÇANHA — aqui desembarcou vindo da Europa e, recebido no cais entre festivas manifestações de seus correligionários e do mundo oficial, terminou seu pequeno *speech* de agradecimento dando vivas ao Sr. ARTHUR BERNARDES. BERNARDES, então à frente da alta administração de Minas Gerais, era já candidato à substituição de EPITÁCIO. Pois — pouco tempo volvido — o ilustre político fluminense assumia posição de luta contra

o Sr. ARTHUR BERNARDES, aceitando a indicação de seu próprio nome para fazer face às aspirações do líder mineiro.

E — note-se bem — que não se tratou então de um banal incidente politico-partidário. Em breve, a candidatura NILO PEÇANHA não só centralizava o apoio de todos os grupos oposicionistas, como contava com a solidariedade de quatro importantes situacionismos estaduais: o do Rio Grande do Sul, o do Estado do Rio, o de Pernambuco e o da Bahia.

Aquela refrega envenenou profundamente o ambiente nacional, as paixões se desataram como nunca, e a 5 de julho de 1922 explodia aqui no Rio de Janeiro o famoso levante do Forte de Copacabana, que foi prefácio de oito anos de conspirações, levantes sufocados, insatisfação popular, criando-se o que passou a denominar-se “o espírito da Revolução Brasileira”, afinal vitoriosa em outubro de 1930, como epílogo da Aliança Liberal, já formada por outros elementos, contrários ao Presidente WASHINGTON LUIZ em torno da chapa GETÚLIO VARGAS - JOÃO PESSOA.

E, para grifar mais expressamente atitudes contraditórias no tempo, cumpre não esquecermos que a Revolução de 1930 teve a seu lado EPITÁCIO PESSOA, contra o Governo do qual se desencadeou o primeiro 5 de julho (1922), e ARTHUR BERNARDES, cuja candidatura fôra aparentemente a causa e o alvo das sedições anteriores.

Nesta referência histórica não se contém a mínima reserva ou reproche à atitude daqueles eminentes brasileiros, todos carregados de

bons serviços ao país. Ela vale como advertência aos que possivelmente estranhem, na atualidade, certas posições que parecem inexplicáveis entre os políticos, ou a quem se afigure que determinado líder deveria achar-se, agora, neste lugar e não naquele.

De modo geral, a prática da vida pública nunca obedeceu, em qualquer país, a regras inexoráveis. Muito menos nas Nações jovens, cujo caráter cívico ainda não atingiu seu pleno desenvolvimento. Mesmo nas mais antigas, onde a política já adquiriu uma alta categoria, ninguém terá esquecido que DISRAELI, de inclinações radicais na juventude, acabou como chefe do Partido Conservador, tendo sustentado num célebre discurso: “Um homem de Estado é a criatura de sua época, o filho das circunstâncias, a criação do seu tempo. Um homem de Estado é essencialmente um homem de caráter prático e, quando chamado ao poder, não está obrigado a verificar qual teria podido ser ou não ser sua opinião acêrca de tal ou qual questão; êle deve somente dar-se conta do que seja útil e oportuno”.

Evidentemente êsse oportunismo, que pode representar por vêzes uma virtude, quanto à flexibilidade das soluções, e uma forma de bem-servir a coletividade, não deve ser permanentemente admitido como boa norma, pois não raro oculta os incapazes de persistir numa doutrina, os versáteis e até os aventureiros.

No Brasil, não é assim de estranhar que, perante o magno problema político nacional — a eleição do Chefe do Governo da União — nos defrontemos, aqui ou ali, com

## SINTESE POLITICA

atitudes discutíveis, com líderes que deveriam estar a favor de um candidato e, no entanto, propendem para outro.

Entre muitas razões para a ausência de estabilidade dos nossos partidos e para levá-los a alianças desconformes com seus programas e objetivos visíveis, está o grau de cultura política do povo que ainda não atingiu o nível de difusão necessário à boa prática da democracia.

Já, entretanto, progredimos muito. Talvez até devêssemos recorrer ao superlativo — muitíssimo, pois, com a instituição do sufrágio secreto e da Justiça Eleitoral, os pleitos ganharam importância e seriedade, e não raro os Governos são fragorosamente derrotados. Por outro lado, desapareceu quase totalmente a influência dos antigos caciques estaduais e municipais. Mesmo no interior, o cidadão se conduz, na escolha de sua chapa, com uma autonomia de que nem longinquamente dispusera outrora. Pode votar erradamente, mas vota sem constrangimento. Além disso, as classes trabalhadoras entraram na cena política com suas aspirações e reivindicações, de acordo com as quais (nem sempre procedentes) vota.

2. Relendo o comentário político de SÍNTESE, em seus três primeiros números, folgamos em verificar que nossas previsões (a matéria é sempre precária pelas razões que acima expendemos) saíram quanto possível certas, isto é, desenharam-se, do primeiro momento, duas candidaturas à sucessão do Presidente JUSCELINO KUBITSCHek e ambas aí se acham

não obstante os entraves e crises, que as acompanharam: a do Marechal TEIXEIRA LOTT e a do Sr. JÂNIO QUADROS.

O fenômeno de polarização relativamente a qualquer das duas se processou com a mais rigorosa pontualidade. Tanto para o Marechal acorreram as correntes atualmente governistas (partidárias do Presidente KUBITSCHek), como as de naipe oposicionista se encaminharam para o Sr. JÂNIO QUADROS.

A dicotomia — Governo e Oposição — definiu-se assim imediatamente entre LOTT e JÂNIO.

Fácil não foi — e ainda não terminou — a cristalização, em torno do Marechal, de tôdas as forças componentes da Maioria parlamentar, que sustenta o situacionismo federal, o que, aliás, era de supor, sem esforço dialético, pela razão elementar de que o acordo PSD-PTB, em que se baseou a vitória da fórmula KUBITSCHek - JOÃO GOULART em 1955, nunca teve sua área estendida aos Estados, ficando restrita ao Congresso Nacional e aos arredores do Catete.

Em verdade, a luta entre os dois partidos não cessou um só dia nestes quatro anos. Luta surda pelas posições e preferências do Chefe da Nação. Nem por isso menos acrimoniosa. Tendo o Sr. JUSCELINO KUBITSCHek, pelo acordo de 1955, se comprometido a conceder ao PTB as pastas do Trabalho e Agricultura, os Institutos de Previdência Social e autarquias, e mais a Carteira Agrícola do Banco do Brasil, viu-se o PSD privado de importantes bases de irradiação eleitoral. Nunca se conformou com essa partilha do

poder. Procurou miná-la por tôdas as formas. O Sr. KUBITSCHK, porém, não cedeu e cumpriu religiosamente o compromisso, mesmo quando não expressamente obrigado. Acontece que, em certos Estados, notadamente o Rio Grande do Sul, o desentendimento entre o PSD e o PTB locais assumiu proporções extremamente graves, sobretudo depois da vitória do Sr. LEONEL BRIZZOLA na disputa do Governo Estadual.

3. A Convenção Nacional do PSD, efetuada a 12 e 13 dêste mês de dezembro, proclamou, como antecipáramos, a candidatura LOTT para a Presidência. Não por unanimidade. Os convencionais gaúchos se abstiveram de sufragá-la, adiando sua resolução até verificar-se em que nome e em que Partido recairá a escolha do companheiro de chapa. Ouviram-se também, de parte dos fluminenses e amazonenses, fortes reservas e queixas contra a aliança PSD-PTB.

O Marechal está, pois, sagrado candidato do PSD, e já proferiu mesmo, no encerramento da assembléia, o discurso que constitui, em linhas gerais, sua plataforma de Governo.

Da leitura dessa peça oratória resulta uma incontestável sensação de segurança, quanto aos principais objetivos do candidato possedista. É sóbria e equilibrada. Contém algumas sugestões que merecem apoio indistinto, como a que se refere à necessidade de reformar-se o sistema proporcional pelo menos com a abolição das "alianças falseadoras do princípio proporcional a que tais eleições devem

obedecer, alianças que não raro são ideologicamente disparatadas ou contrariam as diretrizes normais de coligação dos partidos que as fazem". Como já explicamos em comentário anterior, tem sido o regime do voto proporcional uma das principais causas da atual desordem administrativa. Os Governos — tanto da União, quanto dos Estados e até dos Municípios — são forçados a transações, por vêzes prejudiciais ao interesse público, com os representantes das diversas facções. De outro modo não conseguiriam exercer suas atribuições.

Também frisou com acerto o candidato LOTT a urgente necessidade de voltar o Governo suas vistas para a agricultura, vistas até agora dirigidas quase exclusivamente para a industrialização intensiva. Uma das razões da crise nacional provém do abandono dos campos e da permanência da rotina em cultivá-los. Chegamos ao ponto de nos gabarmos de exportar máquinas de costura. Entretanto, importamos até feijão!

4. Qual o prognóstico acêrca da candidatura LOTT? Não é fácil fazê-lo. Trata-se, nitidamente, de uma candidatura de cunho oficial. Seus pontos de amparo estão sobretudo nas classes dominantes. É possível que adquira substância popular, na dependência dos acontecimentos. Mas prejudica-a, para êsse fim, a solidariedade natural que está obrigado a manter com o atual Governo, de que S. Excia. faz parte, E, quanto se vê ostensivamente, o anseio público é por uma mudança. De homens e de métodos administrativos. Ora, o Ma-

rechal não se pode propor a esse objetivo, por força de sua posição oficial.

5. Quanto ao Sr. JÂNIO QUADROS, seu nome já se encontra sagrado por quatro partidos — a UDN, o PTN, o PDC e o PL.

Sua força, porém, não desce das cúpulas políticas. Tem raízes no povo, máxime no descontentamento reinante em face da espantosa agravação do custo da vida. Só no setor alimentos, a alta aqui no Distrito Federal excedeu de 70 %, em onze meses!

Por outro lado, a inflação cresce assustadoramente com as emissões, que agora já se efetuam por bilhões quinzenalmente. A desvalorização do cruzeiro atingiu seu ponto mais baixo, o que torna precário o problema das importações, sendo certo que, quanto mais um país se industrializa, tanto mais carece de importar as matérias-primas de que não dispõe. E esse é o caso do Brasil.

Como o povo raciocina em função de suas necessidades insatisfeitas e das privações, que sofre, é ao Governo que atribui a causa de todas elas. Daí, a posição vantajosa em que se encontra o Sr. JÂNIO QUADROS para a campanha de oposição e para atrair as simpatias das massas e capitalizá-las em votos. Trata-se de uma posição muito semelhante à de GETÚLIO VARGAS em 1950, na qual, desatendendo os critérios propriamente partidários, procurou apoio diretamente no povo. E venceu.

O recente episódio da desistência de sua candidatura, feita pelo Sr. JÂNIO QUADROS em fins de novembro, permanece ainda inex-

plicado. Causou — sem dúvida — fundo abalo e desgosto na opinião pública. A volta posterior parece ter-lhe restituído os principais trunfos com que conta para o êxito. Este, também quanto ao ex-Governador paulista, fica subordinado aos acontecimentos, que começam a tornar-se cada vez mais imprevisíveis.

6. A candidatura do Sr. JURACY MAGALHÃES, como antecipamos, não dispunha de condições para firmar-se no seio da UDN, apesar dos méritos do Governador da Bahia. Vencido na Convenção da UDN, S. Excia. protestou apoio à fórmula adotada: JÂNIO QUADROS-LEANDRO MACIEL. E não consta, até hoje, que o tenha revogado.

7. Em relação à Vice-Presidência, não se conhece na data em que é escrito este comentário o nome que o PTB apresentará para compartilhar com o Marechal LOTT a chapa oficial. Não é de supor que o Sr. JOÃO GOULART aceite sua indicação. As recentes eleições municipais no Rio Grande do Sul e a atitude dissidente do Sr. FERNANDO FERRARI não são de molde a encorajá-lo para a luta pessoal nas urnas. Incerto quanto ao resultado desta, é crível que S. Excia. prefira indicar outro de seus correligionários.

Quanto à competição LEANDRO MACIEL-FERRARI, as cartas do último parecem favorecê-lo. Sua penetração popular, em todo o país, tem sensivelmente aumentado. Embora lutando “em faixa própria”, como costuma pitorescamente dizer, isto é, lateralmente ao Sr. JÂNIO QUADROS, o deputado FERRARI conti-

nua sendo o favorito para a segunda magistratura da República, ao lado do antigo Governador paulista.

8. Tais são, em termos essenciais, as linhas políticas da vindoura sucessão presidencial.

Não podemos ocultar que a campanha apenas se encontra em sua fase inicial, sendo difícil prever os acidentes e excitações que podem surgir durante seu curso.

Uma coisa tranqüiliza os espíritos amigos da ordem e das instituições: as duas candidaturas — melhor dito, os dois candidatos — professam inquebrantável devoção à legalidade e exprimem repetidamente o desejo de verem a pugna encerrada nos comícios eleitorais. E só nestes. De parte do Marechal, suas palavras (neste ponto são as que interessam) timbram sempre em declarar como o fez na véspera da Convenção do PSD, que o sagrou candidato: "A salvação do Brasil só poderá ser encontrada no quadro das instituições democráticas, sem qualquer deformação. Somente o Governo

escolhido pelo povo, agindo em nome do povo, para o bem do próprio povo, é que estará em condições de realizar as aspirações desse mesmo povo".

É certo que se verificou, inesperadamente, o levante de alguns oficiais da Aeronáutica e outros poucos do Exército, mas sem maiores conseqüências, além do abalo natural causado no povo. Este não deseja, de nenhum modo, outra solução além da eleitoral. Toda gente quer votar e livremente escolher o novo Chefe da Nação.

O progresso cívico é visível e a confiança nas virtudes e poder do sufrágio faz com que ninguém se incline para desfechos revolucionários.

Daqui até o dia 3 de outubro de 1960 há ainda um longo caminho a percorrer. A crise econômica, a desordem financeira e a inflação não tornam infelizmente isento de perigos o fim da jornada. Toda a esperança reside nas Forças Armadas, que continuam a protestar sua fidelidade às instituições e sua devoção à ordem e à liberdade.